



SEPLAG-AL

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA - GEOGRAFIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Tecnologia da Informação
- ▶ Ética e Compliance na Administração Pública
- ▶ Conhecimentos do Estado de Alagoas
- ▶ Atualidades
- ▶ Geografia
- ▶ Gestão Pública

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL N° 1 - SEPLAG/AL - ESPECIALISTA EM GESTÃO
PÚBLICA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026**



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEPLAG - AL

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS - AL

Especialista Em Gestão
Pública- Geografia

**EDITAL Nº 1 – SEPLAG/AL – ESPECIALISTA EM
GESTÃO PÚBLICA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026**

CÓD: SL-003MR-26
7908433292609

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3. Domínio da ortografia oficial	18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	20
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	21
6. Emprego de tempos e modos verbais	22
7. Domínio da estrutura morfosintática do período; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	25
8. Emprego das classes de palavras	29
9. Emprego dos sinais de pontuação	39
10. Concordância verbal e nominal	41
11. Regência verbal e nominal.....	42
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	45
13. Colocação dos pronomes átonos	46
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	47
15. Significação das palavras.....	48

Tecnologia da Informação

1. Noções de sistema operacional (ambiente windows). noções de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	61
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente microsoft office)	82
3. Redes de computadores . conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet . programas de navegação (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome e similares). sítios de busca e pesquisa na internet.....	119
4. Programas de correio eletrônico (microsoft outlook).....	124
5. Grupos de discussão	130
6. Redes sociais.....	132
7. Computação na nuvem (cloud computing)	134
8. Segurança da informação . procedimentos de segurança . noções de malware, vírus, worms e pragas virtuais . aplicativos para segurança (antivírus, firewall , anti-spyware etc.)	137
9. Procedimentos de backup	142
10. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	143

Ética e Compliance na Administração Pública

1. Ética e moral; ética, princípios e valores.....	149
2. Ética e democracia: exercício da cidadania.....	152
3. Ética e função pública	153
4. Ética no setor público	154

5. Compliance: conceitos, suporte da alta administração, código de conduta, controles internos, treinamento e comunicação.....	155
--	-----

Conhecimentos do Estado de Alagoas

1. Formação histórica de alagoas: colonização portuguesa; economia açucareira; emancipação política da capitania de pernambuco em 1817; elevação à província em 1821	163
2. Quilombo dos palmares: formação no período colonial; resistência à escravidão; liderança de zumbi dos palmares	167
3. Aspectos geográficos: litoral, zona da mata, agreste e sertão; rio são francisco	170
4. Organização político-administrativa: maceió como capital estadual; municípios; poderes executivo, legislativo e judiciário	172
5. Economia estadual: agroindústria canavieira; turismo; setor de serviços	174
6. Cultura e patrimônio: manifestações culturais populares; patrimônio histórico-cultural alagoano.....	176

Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	181
---	-----

Geografia

1. Cartografia; Histórico e propósitos da cartografia; Projeções cartográficas	183
2. Escala, aplicações e seus tipos de representação	186
3. Sistemas de referência de coordenadas (SRC)	187
4. Sistema de coordenadas planas e geográficas.....	190
5. Datum	193
6. Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)	195
7. Fator de escala (K).....	198
8. Mapeamento sistemático brasileiro	201
9. Conteúdo e simbologia de cartas topográficas.....	203
10. Cotas altimétricas e curvas de nível; Perfis topográficos; Cálculo de declividades.....	206
11. Delimitação de bacias hidrográficas	210
12. Separação de unidades do relevo	213
13. Modelos digitais de elevação.....	217
14. Hidrografia	217
15. Toponímia	220
16. Fundamentos da cartografia temática	222
17. Representação gráfica.....	225
18. A construção do mapa temático	228
19. Métodos de representação (qualitativas, ordenadas, quantitativas e dinâmicas).....	231
20. Geomorfologia; Geomorfologia em área urbana.....	233
21. Geomorfologia aplicada ao planejamento ambiental.....	235

22. Geografia econômica	236
23. Teoria econômica	237
24. A economia, o Estado e a sociedade.....	237
25. Teorias do crescimento econômico	241
26. Teorias de localização espacial.....	242
27. Noções de geografia política	244
28. Noções de planejamento territorial.....	245

Gestão Pública

1. Processo administrativo; Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle	251
2. Processo de planejamento; Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT; Análise competitiva e estratégias genéricas; Redes e alianças; Planejamento tático; Planejamento operacional; Administração por objetivos; Balanced scorecard; Processo decisório; Organização; Estrutura organizacional; Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo.....	258
3. Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho.....	264
4. Competência interpessoal	267
5. Gerenciamento de conflitos.....	271

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS). NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

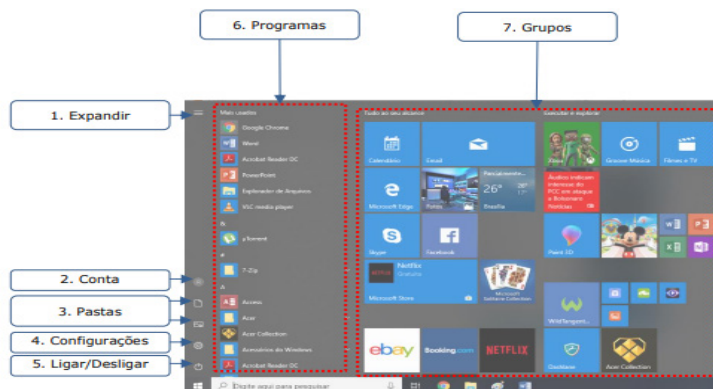
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

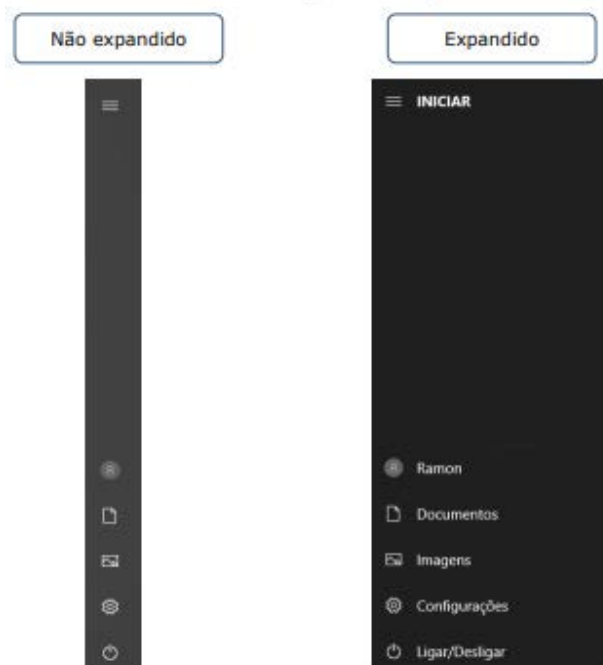
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



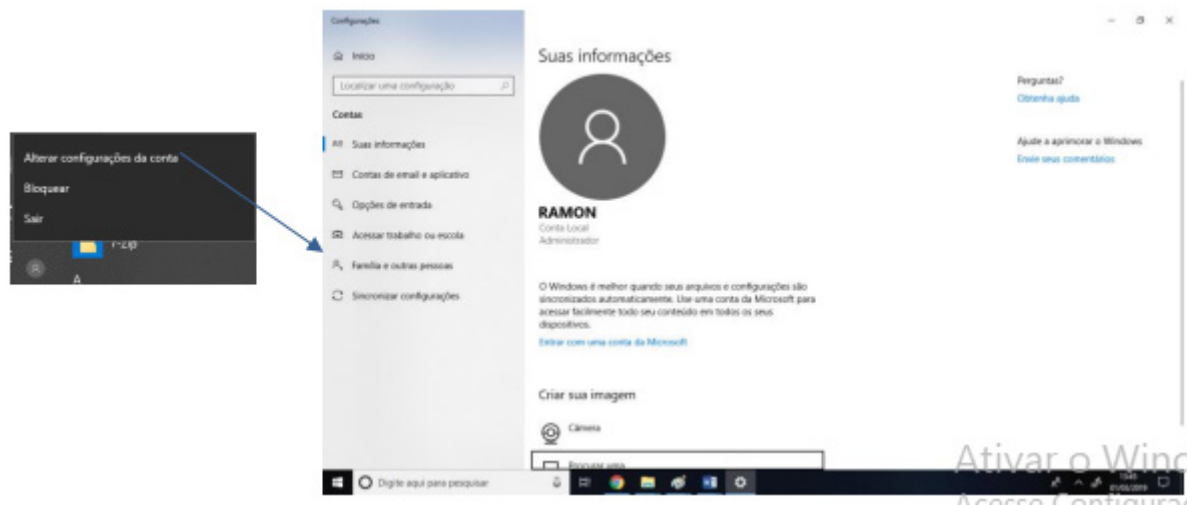
Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

ÉTICA E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÉTICA E MORAL; ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES

Dimensões da qualidade nos deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão descritos na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entre os deveres (art. 116), há dois que se encaixam no paradigma do atendimento do relacionamento que tem como foco principal o usuário.

São eles:

- “atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas” e
- “tratar com urbanidade as pessoas”.

Presteza e urbanidade nem sempre são fáceis de avaliar, uma vez que não têm o mesmo sentido para todas as pessoas, como demonstram as situações descritas a seguir.

- Serviços realizados em dois dias úteis, por exemplo, podem não corresponder às reais necessidades dos usuários quanto ao prazo.

Um atendimento cortês não significa oferecer ao usuário aquilo que não se pode cumprir. Para minimizar as diferentes interpretações para esses procedimentos, uma das opções é a utilização do bom senso:

- Quanto à presteza, o estabelecimento de prazos para a entrega dos serviços tanto para os usuários internos quanto para os externos pode ajudar a resolver algumas questões.
- Quanto à urbanidade, é conveniente que a organização inclua tal valor entre aqueles que devem ser potencializados nos setores em que os profissionais que ali atuam ainda não se conscientizaram sobre a importância desse dever.

Não é à toa que as organizações estão exigindo habilidades intelectuais e comportamentais dos seus profissionais, além de apurada determinação estratégica. Entre outros requisitos, essas habilidades incluem:

- atualização constante;
- soluções inovadoras em resposta à velocidade das mudanças;
- decisões criativas, diferenciadas e rápidas;
- flexibilidade para mudar hábitos de trabalho;
- liderança e aptidão para manter relações pessoais e profissionais;
- habilidade para lidar com os usuários internos e externos.

Encerramos esse tópico com o trecho de um texto de Andrés Sanz Mulas:

“Para desenhar uma ética das Administrações seria necessário realizar as seguintes tarefas, entre outras:

- Definir claramente qual é o fim específico pelo qual se cobra a legitimidade social;
- Determinar os meios adequados para alcançar esse fim e quais valores é preciso incorporar para alcançá-lo;
- Descobrir que hábitos a organização deve adquirir em seu conjunto e os membros que a compõem para incorporar esses valores e gerar, assim, um caráter que permita tomar decisões acertadamente em relação à meta eleita;
- Ter em conta os valores da moral cívica da sociedade em que se está imerso;
- Conhecer quais são os direitos que a sociedade reconhece às pessoas.”

Quando falamos sobre ética pública, logo pensamos em corrupção, extorsão, ineficiência, etc, mas na realidade o que devemos ter como ponto de referência em relação ao serviço público, ou na vida pública em geral, é que seja fixado um padrão a partir do qual possamos, em seguida julgar a atuação dos servidores públicos ou daqueles que estiverem envolvidos na vida pública, entretanto não basta que haja padrão, tão somente, é necessário que esse padrão seja ético, acima de tudo.

O fundamento que precisa ser compreendido é que os padrões éticos dos servidores públicos advêm de sua própria natureza, ou seja, de caráter público, e sua relação com o público. A questão da ética pública está diretamente relacionada aos princípios fundamentais, sendo estes comparados ao que chamamos no Direito, de “Norma Fundamental”, uma norma hipotética com premissas ideológicas e que deve reger tudo mais o que estiver relacionado ao comportamento do ser humano em seu meio social, aliás, podemos invocar a Constituição Federal. Esta ampara os valores morais da boa conduta, a boa fé acima de tudo, como princípios básicos e essenciais a uma vida equilibrada do cidadão na sociedade, lembrando inclusive o tão citado, pelos gregos antigos, “bem viver”.

Outro ponto bastante controverso é a questão da impessoalidade. Ao contrário do que muitos pensam, o funcionalismo público e seus servidores devem primar pela questão da “impessoalidade”, deixando claro que o termo é sinônimo de “igualdade”, esta sim é a questão chave e que eleva o serviço público a níveis tão ineficazes, não se preza pela igualdade. No ordenamento jurídico está claro e expresso, “todos são iguais perante a lei”.

E também a ideia de impessoalidade, supõe uma distinção entre aquilo que é público e aquilo que é privada (no sentido do interesse pessoal), que gera portanto o grande conflito entre os interesses privados acima dos interesses públicos. Podemos

verificar abertamente nos meios de comunicação, seja pelo rádio, televisão, jornais e revistas, que este é um dos principais problemas que cercam o setor público, afetando assim, a ética que deveria estar acima de seus interesses.

Não podemos falar de ética, impessoalidade (sinônimo de igualdade), sem falar de moralidade. Esta também é um dos principais valores que define a conduta ética, não só dos servidores públicos, mas de qualquer indivíduo. Invocando novamente o ordenamento jurídico podemos identificar que a falta de respeito ao padrão moral, implica, portanto, numa violação dos direitos do cidadão, comprometendo inclusive, a existência dos valores dos bons costumes em uma sociedade.

A falta de ética na Administração Pública encontra terreno fértil para se reproduzir, pois o comportamento de autoridades públicas está longe de se basearem em princípios éticos e isto ocorre devido a falta de preparo dos funcionários, cultura equivocada e especialmente, por falta de mecanismos de controle e responsabilização adequada dos atos antiéticos.

A sociedade por sua vez, tem sua parcela de responsabilidade nesta situação, pois não se mobilizam para exercer os seus direitos e impedir estes casos vergonhosos de abuso de poder por parte do Poder Público.

Um dos motivos para esta falta de mobilização social se dá, devido à falta de uma cultura cidadã, ou seja, a sociedade não exerce sua cidadania. A cidadania Segundo Milton Santos “é como uma lei”, isto é, ela existe, mas precisa ser descoberta, aprendida, utilizada e reclamada e só evolui através de processos de luta. Essa evolução surge quando o cidadão adquire esse status, ou seja, quando passa a ter direitos sociais. A luta por esses direitos garante um padrão de vida mais decente. O Estado, por sua vez, tenta refrear os impulsos sociais e desrespeitar os indivíduos, nessas situações a cidadania deve se valer contra ele, e imperar através de cada pessoa. Porém Milton Santos questiona se “há cidadão neste país”? Pois para ele desde o nascimento as pessoas herdaram de seus pais e ao longo da vida e também da sociedade, conceitos morais que vão sendo contestados posteriormente com a formação de ideias de cada um, porém a maioria das pessoas não sabe se são ou não cidadãos.

A educação seria o mais forte instrumento na formação de cidadão consciente para a construção de um futuro melhor.

No âmbito Administrativo, funcionários mal capacitados e sem princípios éticos que convivem todos os dias com mandos e desmandos, atos desonestos, corrupção e falta de ética tendem a assimilar por este rol “cultural” de aproveitamento em benefício próprio.

Todas as diretivas de leis específicas sobre a ética no setor público partem da Constituição Federal (CF), que estabelece alguns princípios fundamentais para a ética no setor público. Em outras palavras, é o texto constitucional do artigo 37, especialmente o caput, que permite a compreensão de boa parte do conteúdo das leis específicas, porque possui um caráter amplo ao preconizar os princípios fundamentais da administração pública. Estabelece a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

São princípios da administração pública, nesta ordem:

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência

► Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego *Mos* ou *Morus*, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

Em resumo:

- **Ética - mais ampla - filosofia moral - reflexão;**
- **Moral - parte da Ética - realização efetiva e cotidiana dos valores - ação.**

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude. Por exemplo, na Grécia antiga, berço do pensamento filosófico, embora com variações de abordagem, o conceito de ética aparece sempre ligado ao de virtude.

O descumprimento das diretivas morais gera sanção, e caso ele se encontre transposto para uma norma jurídica, gera coação (espécie de sanção aplicada pelo Estado). Assim, violar uma lei ética não significa excluir a sua validade. Por exemplo, matar alguém não torna a matar uma ação correta, apenas gera a punição daquele que cometeu a violação. Neste sentido, explica Reale¹: “No plano das normas éticas, a contradição dos fatos não anula a validade dos preceitos: ao contrário, exatamente porque a normatividade não se compreende sem fins de validade objetiva e estes têm sua fonte na liberdade espiritual, os insucessos e as violações das normas conduzem à responsabilidade e à sanção, ou seja, à concreta afirmação da ordenação normativa”.

Como se percebe, Ética e Moral são conceitos interligados, mas a primeira é mais abrangente que a segunda, porque pode abarcar outros elementos, como o Direito e os costumes. Todas as regras éticas são passíveis de alguma sanção, sendo que as

1 [REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.]

CONHECIMENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS

FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ALAGOAS: COLONIZAÇÃO PORTUGUESA; ECONOMIA AÇUCAREIRA; EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM 1817; ELEVÇÃO À PROVÍNCIA EM 1821

Ocupação e Território (Séculos XVI e XVII)

A ocupação do território que hoje corresponde ao estado de Alagoas ocorreu no contexto da expansão colonial portuguesa no Nordeste brasileiro. Durante os séculos XVI e XVII, a região integrou a Capitania de Pernambuco e teve sua ocupação associada à exploração de recursos naturais, à expansão da agricultura e ao controle estratégico do litoral e das rotas fluviais. Esse processo envolveu conflitos com populações indígenas, disputas entre potências coloniais e a formação de núcleos urbanos que se tornariam importantes centros administrativos e econômicos.

▪ Colonização Portuguesa: A Submissão a Pernambuco

O território que hoje corresponde a Alagoas foi inicialmente integrado ao sistema de capitanias hereditárias implantado pela Coroa portuguesa no século XVI. Em 1534, essa região foi concedida a Duarte Coelho como parte da Capitania de Pernambuco. Durante quase três séculos, Alagoas permaneceu subordinada administrativamente a Pernambuco, sendo conhecida como **Comarca das Alagoas**, sem autonomia política própria.

Essa condição refletia a lógica da administração colonial portuguesa, que organizava o território a partir de centros econômicos mais desenvolvidos. Pernambuco, por possuir forte produção açucareira e grande importância comercial, exercia controle sobre áreas vizinhas, incluindo a região alagoana.

Ocupação do litoral e dos rios

A colonização portuguesa na região iniciou-se principalmente pelo litoral e pelas margens dos rios. Essas áreas apresentavam vantagens estratégicas tanto para a exploração econômica quanto para a comunicação com outras regiões da colônia.

O litoral norte, especialmente a região de **Porto Calvo**, foi um dos primeiros pontos de ocupação efetiva. A localização permitia o escoamento de produtos e facilitava o contato com rotas marítimas comerciais. Além disso, as margens do **Rio São Francisco**, particularmente na região de **Penedo**, tornaram-se importantes centros de circulação de pessoas e mercadorias.

Inicialmente, a exploração econômica concentrou-se na extração de **pau-brasil**, madeira valorizada no mercado europeu. Com o avanço da colonização e o desenvolvimento da economia açucareira no Nordeste, a região passou a integrar o sistema de produção de açúcar, ampliando sua importância econômica dentro da estrutura colonial.

Conflito com os povos indígenas

A ocupação do território não ocorreu de maneira pacífica. A região era habitada por diversos povos indígenas que possuíam formas próprias de organização social, cultural e territorial. Entre esses grupos, destacavam-se os **Caetés**, que ocupavam áreas importantes do litoral nordestino.

A expansão colonial portuguesa implicou a disputa direta pelo território e pelos recursos naturais. Como resultado, ocorreram diversos conflitos entre colonizadores e populações indígenas. A resistência indígena foi frequentemente reprimida de maneira violenta pelos colonizadores, que buscavam consolidar o controle da terra e garantir a expansão da atividade econômica.

Um dos episódios mais conhecidos desse período foi o **caso do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha**, ocorrido em meados do século XVI. Após um naufrágio na costa brasileira, o bispo e parte de sua comitiva foram capturados e mortos por indígenas Caetés. O episódio foi amplamente utilizado pelos colonizadores como justificativa para a chamada **"Guerra Justa"**, um conceito jurídico-religioso que autorizava campanhas militares contra os povos indígenas considerados hostis à colonização.

Como consequência dessas campanhas, muitos grupos indígenas foram exterminados, deslocados de seus territórios ou submetidos à escravidão, alterando profundamente a composição demográfica e cultural da região.

Formação das primeiras vilas

Com o avanço da colonização, começaram a surgir os primeiros núcleos urbanos na região. Essas vilas desempenhavam funções administrativas, militares e econômicas importantes para a consolidação do domínio português.

Entre os primeiros centros urbanos destacam-se:

Vila de Alagoas, atual cidade de **Marechal Deodoro**; **Porto Calvo**, um dos principais núcleos iniciais de colonização; **Penedo**, localizada às margens do Rio São Francisco.

Essas localidades funcionavam como postos avançados de controle territorial. Além de organizar a vida administrativa da região, também atuavam na vigilância contra contrabandistas que exploravam o pau-brasil sem autorização da Coroa portuguesa.

Com o tempo, esses núcleos urbanos se tornaram importantes pontos de apoio para a expansão agrícola e para o desenvolvimento da economia açucareira.

▪ Invasões Holandesas: Alagoas como Campo de Batalha

No século XVII, a região alagoana tornou-se palco de um dos períodos mais turbulentos da história colonial brasileira: as **invasões holandesas no Nordeste**, ocorridas entre 1630 e 1654.

O principal objetivo dos holandeses era assumir o controle da produção e do comércio de açúcar, produto altamente lucrativo no mercado europeu.

A Companhia das Índias Ocidentais, responsável pela ocupação holandesa, buscava dominar as áreas produtoras de açúcar do Nordeste. Como Alagoas fazia parte do sistema econômico vinculado à Capitania de Pernambuco, a região tornou-se estratégica dentro desse conflito.

O episódio de Calabar

Um dos personagens mais controversos desse período foi **Domingos Fernandes Calabar**, nascido na região de Porto Calvo. Calabar era um senhor de engenho e profundo conhecedor da geografia local, incluindo rios, matas e caminhos utilizados na região.

Inicialmente alinhado às forças luso-espanholas que resistiam à invasão holandesa, Calabar acabou desertando e passou a colaborar com os invasores. Sua decisão teve grande impacto militar, pois suas informações permitiram aos holandeses avançar sobre pontos estratégicos da região.

Grças ao conhecimento geográfico fornecido por Calabar, os holandeses conseguiram consolidar posições importantes no território nordestino. Entretanto, ele acabou sendo capturado pelas forças portuguesas e executado em Porto Calvo.

Durante muito tempo, a historiografia tradicional retratou Calabar como o **“maior traidor do Brasil”**. No entanto, interpretações historiográficas mais recentes sugerem que sua decisão pode ter sido motivada por interesses políticos ou pragmáticos, considerando as disputas entre as potências coloniais da época.

Guerra de guerrilha

A geografia da região alagoana teve papel importante durante os confrontos entre portugueses e holandeses. As **lagunas, rios e áreas de mata fechada** favoreceram estratégias de guerra irregular, nas quais grupos locais utilizavam emboscadas e ataques rápidos contra as tropas invasoras.

Essa forma de combate ficou conhecida como **guerra de guerrilha**, e foi utilizada pelos colonos portugueses e aliados locais para dificultar o avanço das forças holandesas.

Localidades estratégicas, como **Porto Calvo**, foram palco de diversos combates e chegaram a ser destruídas e reconstruídas várias vezes ao longo do conflito.

Consequências da expulsão dos holandeses

Em 1654, após anos de confrontos, os holandeses foram definitivamente expulsos do Nordeste. A vitória das forças luso-brasileiras teve consequências importantes para a organização social e econômica da região alagoana.

Os militares, proprietários rurais e senhores de engenho que participaram da resistência contra os holandeses foram recompensados pela Coroa portuguesa com a concessão de **sesmarias**, grandes extensões de terra destinadas à exploração agrícola.

Esse processo consolidou a formação de uma **aristocracia rural**, composta por grandes proprietários de terras e produtores de açúcar. Essa elite agrária exerceria forte influência política, econômica e social na região por vários séculos, moldando a estrutura social de Alagoas e influenciando sua organização política até períodos posteriores da história brasileira.

A Força do Açúcar e o Contra-Estado de Palmares

O desenvolvimento da região que hoje corresponde ao estado de Alagoas, entre os séculos XVII e XVIII, não pode ser compreendido apenas como um processo de expansão agrícola ou de crescimento econômico. Na realidade, tratou-se de um período marcado por profundas tensões sociais, políticas e culturais, no qual diferentes projetos de organização social entraram em confronto.

De um lado estava o **engenho de açúcar**, símbolo da ordem colonial portuguesa. Esse sistema representava uma sociedade rigidamente hierarquizada, baseada na grande propriedade rural, no trabalho escravizado e na integração da economia colonial ao comércio internacional. Do outro lado, surgiam experiências de resistência e reorganização social, como os **quilombos**, que representavam espaços de autonomia e de reconstrução de formas de vida inspiradas nas tradições africanas.

Nesse contexto, a história de Alagoas tornou-se um cenário de confronto entre duas formas distintas de organização social: o sistema colonial escravista e as comunidades formadas por pessoas que resistiam a esse sistema.

• O Império do Açúcar e o Solo de Massapê

A consolidação da ocupação econômica da região alagoana ocorreu principalmente a partir do desenvolvimento da produção açucareira. O açúcar, frequentemente chamado de **“ouro branco”**, tornou-se o principal produto de exportação da economia colonial nordestina e desempenhou papel fundamental na integração da região ao mercado internacional.

A expansão dessa atividade foi favorecida pelas condições naturais do território. O **solo de massapê**, caracterizado por sua fertilidade e riqueza em argila, combinado com o clima quente e úmido do litoral, criava condições ideais para o cultivo da cana-de-açúcar. Essas características naturais transformaram a região em um importante polo produtor dentro da Capitania de Pernambuco.

O engenho de açúcar, contudo, não era apenas uma unidade produtiva. Ele funcionava como um verdadeiro **centro de organização social**, no qual se estruturava toda a dinâmica econômica e política da região. Ao redor da **Casa-Grande**, residência do senhor de engenho, e da **moenda**, onde a cana era processada, organizava-se uma complexa rede de relações sociais.

Dentro desse sistema, o **senhor de engenho** ocupava posição central. Ele era proprietário das terras, dos equipamentos de produção e das pessoas escravizadas que realizavam o trabalho. Em muitas situações, sua autoridade ultrapassava o âmbito econômico, assumindo funções que hoje seriam atribuídas ao Estado, como a resolução de conflitos, a organização da defesa local e a administração de suas propriedades.

Essa concentração de poder nas mãos de grandes proprietários rurais contribuiu para o surgimento de uma elite agrária poderosa, frequentemente chamada de **aristocracia açucareira**. Esse grupo social acumulava riqueza, influência política e prestígio social, estabelecendo as bases de uma estrutura de poder que influenciaria profundamente a história política de Alagoas.

Embora a região permanecesse administrativamente subordinada à Capitania de Pernambuco, a economia local já demonstrava grande vitalidade. A produção açucareira gerava

[illegible]

GEOGRAFIA

CARTOGRAFIA; HISTÓRICO E PROPÓSITOS DA CARTOGRAFIA; PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CARTOGRAFIA

A cartografia é a ciência responsável por representar a superfície terrestre por meio de mapas, cartas e outras formas gráficas. Essa prática, que hoje envolve tecnologias avançadas, tem raízes profundas na história da humanidade, ligadas à necessidade de localização, deslocamento e domínio do espaço.

► Cartografia nas civilizações antigas

As primeiras formas de representação espacial surgiram ainda na pré-história, com desenhos em rochas e cavernas. Esses registros, embora simples, já indicavam uma tentativa de retratar o espaço ao redor. No entanto, é nas grandes civilizações da Antiguidade que a cartografia começa a tomar forma mais sistemática.

- **Mesopotâmia:** Encontram-se alguns dos mapas mais antigos do mundo, datados de cerca de 2.500 a.C., em tabuletas de argila. Esses mapas mostravam vilarejos, rios e limites territoriais, com forte ligação à administração e à religião.

- **Egito Antigo:** Os egípcios usavam mapas para gerenciar terras ao longo do Nilo, especialmente após as cheias do rio, essenciais para a agricultura. A cartografia era aplicada à organização do território e à cobrança de impostos.

- **Grécia Antiga:** A cartografia assume um caráter mais científico. Filósofos como Anaximandro e, posteriormente, Eratóstenes, contribuíram significativamente. Eratóstenes, por exemplo, calculou a circunferência da Terra com notável precisão para a época.

- **Império Romano:** O foco era mais prático e militar. Os romanos produziram mapas para planejar rotas, controlar territórios e expandir o império. A cartografia romana era detalhada e funcional, com destaque para mapas viários, como o famoso “Tabula Peutingeriana”.

► Cartografia na Idade Média

Durante a Idade Média, a cartografia passou por um período de estagnação na Europa, fortemente influenciada pela religiosidade. Os mapas medievais, como o “mappa mundi”, apresentavam o mundo centrado em Jerusalém e eram cheios de símbolos religiosos, com pouca precisão geográfica.

Entretanto, em outras partes do mundo, o conhecimento cartográfico continuou a se desenvolver:

- **Cartografia islâmica:** Durante a chamada “Idade de Ouro Islâmica”, estudiosos como Al-Idrisi produziram mapas detalhados com base em viagens e descrições de comerciantes. Os mapas islâmicos eram mais precisos e ricos em informações geográficas reais do que os mapas europeus da mesma época.

- **China:** A tradição cartográfica chinesa também avançava. Os chineses usavam mapas para administração territorial e navegação, e desenvolveram métodos matemáticos para representar o espaço.

► Renascimento e Revoluções Científicas

Com o Renascimento e as Grandes Navegações, a cartografia ganhou novo impulso na Europa. O contato com novas terras, culturas e rotas marítimas exigiu mapas mais precisos e funcionais.

- **A invenção da prensa:** Permitindo a reprodução em massa de mapas, democratizou o acesso ao conhecimento cartográfico.

- **Projeções cartográficas:** Durante esse período, surgem as primeiras projeções matemáticas de grande importância. A mais famosa é a projeção de Mercator, desenvolvida em 1569, voltada à navegação marítima.

- **Cartógrafos notáveis:** Nomes como Gerardus Mercator, Abraham Ortelius e Martin Waldseemüller (criador do primeiro mapa a usar o nome “América”) foram fundamentais na expansão do conhecimento geográfico.

► Cartografia nos séculos XIX e XX

O avanço da ciência, especialmente nas áreas de matemática, física e astronomia, aprimorou as técnicas cartográficas. A introdução de instrumentos como o teodolito e métodos como a triangulação aumentaram a precisão das medições. Os mapas passaram a ser usados não apenas para navegação, mas também para planejamento urbano, delimitação de fronteiras, geopolítica e pesquisa científica.

- **Cartografia temática:** No século XIX, surge a ideia de representar fenômenos específicos em mapas, como clima, relevo, população e distribuição de doenças.

- **Instituições cartográficas:** Os governos criam institutos nacionais de cartografia, como o Instituto Geográfico Nacional (IGN) na França e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil.

► Cartografia contemporânea

A partir da segunda metade do século XX, a cartografia foi transformada por tecnologias digitais. Hoje, vivemos uma nova era, marcada pela integração da informática, da sensorialidade remota e dos sistemas de informação geográfica (SIG):

- **Satélites:** Permitem imagens em tempo real da Terra, com alta resolução e atualização constante.
- **SIG (Sistemas de Informação Geográfica):** Ferramentas que permitem a análise espacial complexa, combinando dados geográficos e estatísticos.
- **Cartografia participativa:** A democratização dos dados geográficos permitiu que usuários comuns participassem da produção de mapas, como no caso do OpenStreetMap.

FUNÇÕES E OBJETIVOS DA CARTOGRAFIA NO MUNDO ATUAL

A cartografia, no contexto contemporâneo, ultrapassou a simples representação gráfica do espaço terrestre. Com os avanços tecnológicos, especialmente nas áreas de informática e sensoriamento remoto, ela se tornou uma ferramenta estratégica essencial em diversas áreas do conhecimento e da vida prática.

► Representar o espaço geográfico com precisão

A principal função da cartografia continua sendo representar a superfície terrestre de forma visual e compreensível. No entanto, essa representação hoje é muito mais precisa e dinâmica:

- **Levantamentos topográficos e geodésicos:** Utilizados para mapear com exatidão o relevo, as altitudes e as coordenadas de locais específicos.
- **Mapas digitais e interativos:** Ferramentas como Google Maps ou aplicativos de navegação são exemplos de como a cartografia está presente no cotidiano, permitindo acesso imediato a informações espaciais.
- **Modelos tridimensionais:** Softwares de geoprocessamento permitem a construção de mapas em 3D, com simulações realistas do relevo, ocupação urbana, vegetação, entre outros aspectos.

► Apoiar o planejamento urbano e territorial

A cartografia é uma das bases do planejamento de cidades, regiões e países. Governos e empresas utilizam mapas e dados espaciais para tomar decisões sobre uso do solo, infraestrutura, transporte, segurança e serviços públicos.

- **Zoneamento urbano:** Definição de áreas residenciais, comerciais, industriais e ambientais com base em mapas temáticos.
- **Mapeamento de infraestrutura:** Registro de redes de esgoto, abastecimento de água, eletricidade e transporte.
- **Gestão de riscos e desastres:** Identificação de áreas de risco (deslizamentos, enchentes, incêndios) para ações de prevenção e resposta.

► Monitorar o meio ambiente e recursos naturais

A cartografia moderna permite acompanhar de forma contínua a situação ambiental em diversas escalas. Isso se torna essencial em tempos de crise climática e crescente degradação ambiental.

- **Sensoriamento remoto:** Uso de satélites para observar desmatamentos, queimadas, poluição hídrica e atmosférica.

- **Mapas ambientais:** Representam biomas, cobertura vegetal, unidades de conservação, áreas de proteção permanente, entre outros.
- **Gestão de recursos naturais:** Apoia a exploração e preservação de recursos como água, minérios e energia.

► Apoiar a mobilidade e a logística

Com o crescimento das cidades e o aumento das demandas por deslocamento e transporte de mercadorias, a cartografia se tornou uma aliada estratégica na área de mobilidade urbana e logística:

- **Rotas otimizadas:** Aplicativos de navegação traçam caminhos mais rápidos, evitam congestionamentos e calculam distâncias.
- **Planejamento de transporte coletivo:** Estudo de linhas de ônibus, metrô, ferrovias e ciclovias com base em mapas populacionais e de fluxo.
- **Logística empresarial:** Definição de centros de distribuição, análise de mercado e roteirização de entregas com apoio de mapas detalhados.

► Desenvolver pesquisas científicas e educacionais

Na área acadêmica, a cartografia é fundamental para diversas ciências, como geografia, geologia, biologia, arqueologia, entre outras.

- **Mapas temáticos para pesquisa:** Usados para visualizar fenômenos específicos, como densidade populacional, distribuição de doenças, padrões climáticos, solos, entre outros.
- **Ensino e aprendizagem:** Ferramenta didática importante para a compreensão de conceitos espaciais, regionais e geográficos.

► Promover cidadania e participação social

Com o avanço da cartografia colaborativa e participativa, a produção de mapas deixou de ser uma exclusividade de especialistas. Cidadãos comuns passaram a produzir e compartilhar informações geográficas em plataformas digitais:

- **Mapeamento colaborativo:** Projetos como o OpenStreetMap permitem que qualquer pessoa contribua com informações geográficas.
- **Cartografia social:** Utilizada por comunidades para expressar suas realidades, denunciar problemas ou reivindicar direitos sobre o território.
- **Mapas de acessibilidade, segurança e mobilidade:** Produzidos com base na percepção dos próprios usuários, ajudam a criar cidades mais inclusivas e justas.

► Dar suporte à defesa, segurança e geopolítica

Em nível governamental e estratégico, a cartografia também é usada em operações militares, controle de fronteiras e vigilância territorial.

- **Mapas militares:** Utilizados para planejamento de operações, deslocamento de tropas e defesa de territórios.
- **Monitoramento de fronteiras:** Identificação de áreas de conflito, vigilância por drones e mapeamento de rotas de imigração.

GESTÃO PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO; FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE

FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

- Planejamento, organização, direção e controle:



PLANEJAMENTO

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, através de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento.

O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial.
- É uma maneira de ampliar as chances de sucesso.
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la.
- Lida com o futuro: porém, não se trata de adivinhar o futuro.
- Reconhece como o presente pode influenciar o futuro, como as ações presentes podem desenhar o futuro.
- Organização ser PROATIVA e não REATIVA.
- Onde a Organização reconhecerá seus limites e suas competências.
- O processo de Planejamento é muito mais importante do que seu produto final (assertiva).

Idalberto Chiavenato diz: “Planejamento é um **processo** de estabelecer objetivos e definir a maneira como alcança-los”.

- Processo:** Sequência de etapas que levam a um determinado fim. O resultado final do processo de planejamento é o PLANO.
- Estabelecer objetivos:** Processo de estabelecer um fim.

- Definir a maneira:** um meio, maneira de como alcançar.

Passos do Planejamento

- Definição dos objetivos: O que quer, onde quer chegar.
- Determinar a situação atual: Situar a Organização.
- Desenvolver possibilidades sobre o futuro: Antecipar eventos.
- Analisar e escolher entre as alternativas.
- Implementar o plano e avaliar o resultado.

Vantagens do Planejamento

- Dar um “norte”: direcionamento.
- Ajudar a focar esforços.
- Definir parâmetro de controle.
- Ajuda na motivação.
- Auxilia no autoconhecimento da organização.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Planejamento estratégico ou institucional

Estratégia é o caminho escolhido para que a organização possa chegar no destino desejado pela visão estratégica. É o nível mais amplo de planejamento, focado a longo prazo. É desdobrado no Planejamento Tático, e o Planejamento Tático é desdobrado no Planejamento Operacional.

- Global – Objetivos gerais e genéricos – Diretrizes estratégicas – Longo prazo – Visão forte do ambiente externo.

Fases do Planejamento Estratégico:

- Definição do negócio, missão, visão e valores organizacionais;
- Diagnóstico estratégico (análise interna e externa);
- Formulação da estratégia;
- Implantação;
- Controle.

Planejamento tático ou intermediário

Complexidade menor que o nível estratégico e maior que o operacional, de média complexidade e compõe uma abrangência departamental, focada em médio prazo.

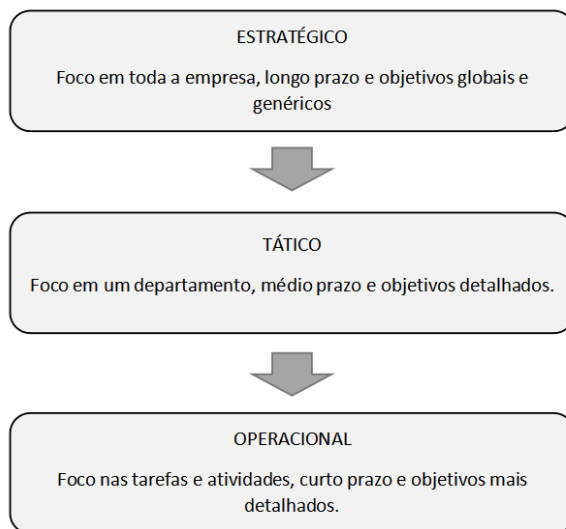
- Observa as diretrizes do Planejamento Estratégico.
- Determina objetivos específicos de cada unidade ou departamento.
- Médio prazo.

AMOSTRA

Planejamento operacional ou chão de fábrica

Baixa complexidade, uma vez que falamos de somente uma única tarefa, focado no curto ou curtíssimo prazo. Planejamento mais diário, tarefa a tarefa de cada dia para o alcance dos objetivos. Desdobramento minucioso do Planejamento Estratégico.

- Observa o Planejamento Estratégico e Tático.
- Determina ações específicas necessárias para cada atividade ou tarefa importante.
- Seus objetivos são bem detalhados e específicos.



Negócio, Missão, Visão e Valores

Negócio, Visão, Missão e Valores fazem parte do Referencial estratégico: A definição da identidade da organização.

- **Negócio:** O que é a organização e qual o seu campo de atuação. Atividade efetiva. Aspecto mais objetivo.
- **Missão:** Razão de ser da organização. Função maior. A Missão contempla o Negócio, é através do Negócio que a organização alcança a sua Missão. Aspecto mais subjetivo. Missão é a função do presente.
- **Visão:** Qual objetivo e a visão de futuro. Define o “grande plano”, onde a organização quer chegar e como se vê no futuro, no destino desejado. Direção mais geral. Visão é a função do futuro.
- **Valores:** Crenças, Princípios da organização. Atitudes básicas que sem elas, não há negócio, não há convivência. Tutoriza a escolha das estratégias da organização.

Análise SWOT

Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats.

Ou FFOA

Forças – Fraquezas – Oportunidades – Ameaças.

É a principal ferramenta para perceber qual estratégia a organização deve ter.

É a análise que prescreve um comportamento a partir do cruzamento de 4 variáveis, sendo 2 do ambiente interno e 2 do ambiente externo. Tem por intenção perceber a posição da organização em relação às suas ameaças e oportunidades, perceber quais são as forças e as fraquezas organizacionais, para que a partir disso, a organização possa estabelecer posicionamento no mercado, sendo elas: Posição de Sobrevivência, de Manutenção, de Crescimento ou Desenvolvimento. Em que para cada uma das posições a organização terá uma estratégia definida.

- **Ambiente Interno:** É tudo o que influencia o negócio da organização e ela tem o poder de controle. Pontos Fortes: Elementos que influenciam positivamente. Pontos Fracos: Elementos que influenciam negativamente.
- **Ambiente Externo:** É tudo o que influencia o negócio da organização e ela NÃO tem o poder de controle. Oportunidades: Elementos que influenciam positivamente. Ameaças: Elementos que influenciam negativamente.

Matriz GUT

Gravidade + Urgência + Tendência

Gravidade: Pode afetar os resultados da Organização.

Urgência: Quando ocorrerá o problema.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!